

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.361.215 - SP (2018/0234075-9)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : INSTITUTO U.B.M. LTDA
AGRAVANTE : INSTITUTO EDUCACIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - IESP
ADVOGADOS : TAIRINE DIAS SANTOS - SP350567
SERGIO BRESSAN MARQUES - SP227726
SORAIA IONE SILVA - SP251446
RICARDO FRAGOSO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP327765
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : JORGE LUIZ REIS FERNANDES - SP220917
RAISSA LUIZA ANTUNES MONTORO - SP347590
NATALIA SILVA CESAR GARCEZ - SP319351
GUILHERME CASTARDO JAFRONE E OUTRO(S) - SP401266
AGRAVADO : THAIS RODRIGUES DE OLIVEIRA
ADVOGADO : EDNILSON MODESTO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP231525

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por BANCO DO BRASIL SA contra decisão que negou seguimento a recurso especial, em face de acórdão assim ementado:

“Prestação de serviços educacionais. Ação de obrigação de fazer c.c. declaratória de inexigibilidade de débito e indenização por danos e morais. Ação julgada improcedente em face do Banco do Brasil e parcialmente procedente em relação às corrés FASSP e UNIESP. Garantia de pagamento de financiamento (FIES) pelas credoras mediante requisitos.

Programa Uniesp Paga. Legitimidade da instituição financeira.

Gestora do contrato que gerou a negativação. Contratos coligados. Conjunto das avaliações positivo. Exigência de “excelência” sem informação clara e precisa dos critérios objetivos. Cláusula sem qualquer destaque. Aprovação da aluna, com frequência. Circunstâncias da contratação garantida e do descumprimento demonstradas. Análise do vínculo integrada, segundo a totalidade do negócio, com afetação do financiamento FIES, sendo este declarado inexigível em relação à autora.

Obrigação de fazer confirmada. Indenização por danos morais imputada unicamente às instituições de ensino. Instituição financeira que sofre apenas os efeitos reflexos. Recurso das corrés desprovido e parcialmente provido o da autora, com observação.

A discussão é entre a aluna, a instituição de ensino e o banco

financiador acerca do descumprimento das obrigações contratuais para fins de garantia de pagamento do FIES, com legitimidade do Banco do Brasil, diante da coligação dos contratos e pertinência subjetiva.

A aluna integra o Programa 'Uniesp Paga', restando focada a insurgência das corrés nos requisitos exigidos para a concretização da garantia. Ocorre que houve aproveitamento com aprovação, frequência e expedição de diploma, sendo que a cláusula que impõe excelência no rendimento escolar não traz qualquer informação ou critério objetivo, não sendo clara e tampouco é posta em destaque, sendo extremamente desfavorável a interpretação da prestadora de serviços. Logo, a pretensão à assunção, pelas corrés, da obrigação relativa ao financiamento FIES é confirmada.

Os contratos de prestação de serviços e de financiamento são funcionalmente interligados, importando análise integrada do vínculo, ou seja, segundo a totalidade do negócio, com afetação e contaminação, segundo a boa-fé, ou seja, respondem as corrés pelo financiamento.

Entende-se correto imputar ao financiador apenas responsabilidade reflexa com declaração de inexigibilidade em face da autora. Não cabe afirmar que o Banco do Brasil praticou conduta ilícita, revelando-se a responsabilidade das instituições de ensino contratadas, nos termos previstos nos contratos. Sequer cabe falar em falha de informação, pois o contrato de financiamento foi firmado pela aluna, ainda que para ser garantido pelas corrés.

É inegável o dano moral caracterizado pela frustração e o abalo em relação à obrigação descumprida e principalmente a negativação do nome da autora, respondendo as instituições de ensino pela condenação.”

Opostos os embargos de declaração, esses foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente sustentou violação ao artigo 485 do novo Código de Processo Civil de 2015, tendo em vista sua ilegitimidade passiva, visto que “foi somente responsável sobre o correto aferimento dos dados cadastrais e da operacionalização do contrato de financiamento estudantil de acordo com as condições estabelecidas pelo FIES”.

Presentes os pressupostos de admissibilidade e ultrapassado o limite do conhecimento do presente agravo, verifico que esse não merece provimento, senão

vejam.

A Súmula nº 568, desta Corte, dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.”

Da análise dos autos, verifico que as sustentadas alegações quanto à ilegitimidade da segunda recorrente não mereceriam guarida, em razão dos óbices contidos nas Súmulas nº 5 e 7 do STJ, que impedem a apreciação das cláusulas contratuais e a revisão do conjunto fático-probatório dos autos em sede de recurso especial, respectivamente.

O Tribunal de origem, ao analisar o contrato, as circunstâncias fáticas e as provas produzidas nos autos, assim entendeu (fl. 476 e-STJ):

"A legitimidade ad causam é caracterizada pela relação de legítima adequação entre o sujeito e a causa¹, sendo necessário o exame da situação de direito material posta em juízo. Portanto, “autor e réu são legitimados se inseridos na relação jurídica que constitui fundamento da pretensão”.

E o Banco do Brasil S/A possui legitimidade para figurar no polo passivo da demanda, pois o contrato de financiamento foi por ele celebrado como representante do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE e o objeto da demanda é a declaração de inexigibilidade em face da autora, além de indenização por danos morais decorrentes da negativação operada pela instituição financeira. A causa dos pedidos é fundada em propaganda enganosa, falta de informações dos fornecedores e a garantia dada pelas instituições de ensino.

Evidente a pertinência subjetiva. A instituição financeira figura como credora e a reparação de dano moral decorre de negativação creditícia referente às avenças conexas."

Assim sendo, verifico que o Tribunal de origem consignou expressamente que a recorrente, além de ter celebrado o contrato como representante do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, negativou indevidamente o nome da Autora, razão pela qual ostenta legitimidade passiva.

Dessa forma, a alteração das premissas firmadas pela Corte Estadual esbarraria nas vedações de reexame do conjunto fático-probatório e de análise de

cláusulas contratuais por esta via estreita do recurso especial, em virtude das Súmulas acima mencionadas.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. EMBARGOS. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA REJEITADA. INADIMPLEMENTO CONTRATUAL RECONHECIDO. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A convicção a que chegou o acórdão em relação à legitimidade ativa do recorrido e ao inadimplemento contratual da recorrente, decorreu da análise de elementos fáticos-probatórios dos autos e da interpretação de cláusulas contratuais, de modo que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do mencionado suporte, o que obsta a admissibilidade do especial ante o teor das Súmulas 5 e 7 desta Corte.

2. Ademais, conforme já decidiu o STJ, "não há que se falar em reavaliação de provas por esta Corte quando o convencimento dos órgãos de instâncias inferiores foi formado com base em detida análise das provas carreadas aos autos, obedecendo às regras jurídicas na apreciação do material cognitivo" (AgRg no Ag 1417428/RJ, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/09/2011, DJe 05/10/2011).

3. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1246770/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 12/6/2018, DJe 15/6/2018)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - EXECUÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DOS AGRAVANTES/EXECUTADOS.

1. A Corte de origem, analisando o acervo fático-probatório dos autos e das cláusulas do contrato de cessão de crédito, concluiu pela legitimidade ativa do exequente. A alteração de tal conclusão demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos e o reexame das cláusulas contratuais do ajuste referido, o que encontra vedação nas Súmulas 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça. 2.

Ademais, nos termos do art. 13 do CPC/73, a incapacidade processual ou a irregularidade da representação das partes constitui vício sanável, em atenção aos princípios da celeridade e instrumentalidade, estando, portanto, o entendimento do Tribunal a quo conforme a jurisprudência desta Corte Superior acerca da questão.

3. A Corte local expressamente asseverou já ter havido expressa deliberação em momento antecedente sobre a matéria afeta à alegada ilegitimidade ativa, motivo pelo qual incide, na hipótese, o instituto da preclusão, a impedir que a parte discuta novamente, no curso do processo, as questões já decididas.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1330913/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 7/6/2018, DJe 19/6/2018)

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora